



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. n.º 3686 Ent. 7625	12.112.2017	P.º 2419/2015 N.º 60	- 8 JAN. 2018

ASSUNTO: Pergunta 493/XIII/3^a de 12 de dezembro de 2017, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado António Filipe) - Relatório sobre o sistema prisional e tutelar.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

EB/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 493/XIII/3ª de 12 de dezembro de 2017, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado António Filipe) - Relatório sobre o sistema prisional e tutelar.

O Senhor Deputado do PCP colocou à Senhora Ministra da Justiça as seguintes questões:

“ 1- Em que estudos ou trabalhos preparatórios se baseiam as propostas constantes do referido relatório?

2- Em que estudos se baseia a movimentação de pessoal prevista, particularmente no que se refere ao Corpo da Guarda Prisional e à respetiva dimensão?

3- Qual o nível de participação dos profissionais do sistema prisional nas propostas apresentadas?

4- Que estudos foram realizados para saber que tipo de estabelecimento prisional deve ser construído face à tipificação do recluso do sistema prisional?”

Em resposta aquelas questões o Ministério da Justiça informa que a Senhora Ministra por despacho interno criou alguns grupos de trabalho visando dar cumprimento ao disposto no artigo 189.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro no sentido de ser elaborado, no prazo de seis meses, um relatório onde fossem identificadas as necessidades existentes ao nível da reabilitação de infraestruturas e do reforço de recursos humanos.

Com o objetivo de cumprir a missão atribuída aqueles grupos de trabalho que integraram os principais responsáveis da DGRSP e elementos dos três Gabinetes do Ministério da Justiça procedeu-se à análise de vária informação estatística sobre a execução de penas privativas de liberdade, penas não detentivas e medidas tutelares educativas institucionais e não institucionais, bem anteriores documentos de orientação estratégica produzidos na última década.



A investigação nacional sobre estas matérias não abunda como se sabe, pelo que só a análise dos dados quantitativos oficiais das estatísticas de justiça e prisionais dos últimos 10 anos possibilitaria uma cenarização para a próxima década.

Os dados relativos ao pessoal, nomeadamente os ratios reclusos/guardas prisionais foram trabalhados pela DGRSP e confrontados com a ratio recluso/ guarda prisional média europeia do SPACE.

O exercício de recolha de dados suprarreferidos foi conduzido pela DGRSP que certamente envolveu dirigentes e responsáveis do sistema prisional na sua preparação.

A apresentação pública do relatório destinou-se precisamente a promover a discussão alargada das propostas pelo que o MJ encara com toda a naturalidade os contributos dos sindicatos que venham a ser alinhados e enviados ao Ministério.

A descontinuidade nos processos de construção de novos estabelecimentos prisionais em Portugal tem contribuído para que os serviços prisionais recorram ainda a programas funcionais (elementos necessários à conceção dos novos projetos dos novos estabelecimentos prisionais) que necessitam de ser atualizados segundo as melhores práticas na conceção dos espaços penitenciários modernos e mais humanizados.

Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, 8 de Janeiro de 2018